

31 DEZ 1986

FAC. DZ

Política

Simon adverte que só haverá estabilidade com reforma profunda

Porto Alegre — O governador eleito Pedro Simon (PMDB) advertiu que se a nova Constituição não promover mudanças profundas, "continuaremos a viver neste clima de instabilidade, que precisa mudar para termos um país sem fome, sem pobreza, sem a ameaça de rebelião das massas pela miséria". Ele também conclamou os partidos de oposição no estado a aceitarem o diálogo com seu governo, para recuperar a economia do Rio Grande do Sul.

Vivemos a crise mais difícil da nossa história. A situação financeira pública é ultra-dramática e precisamos nos unir para enfrentar esta situação", afirmou Simon, acrescentando que o diálogo com o governo em torno de certos pontos da administração não vai descaracterizar os partidos de oposição.

Na mensagem de fim de ano, o governador eleito salientou também que não é somente o PMDB que deve lutar para salvar o Rio Grande do Sul, porque "o estado todo deve se unir para isto". Entretanto, não apontou soluções para recuperar o equilíbrio financeiro, abalado, segundo ele, principalmente pelo volume da folha de pagamento do funcionalismo, que consome 30% a mais do que o estado arrecada com o ICM.

Tampouco admitiu a possibilidade de demissões em massa no quadro do funcionalismo estadual, embora tenha repetidamente abordado a necessidade de redução dos gastos. "Nosso esforço não vislumbra apenas a demissão, mas também aumentar a capacidade de produção do estado", comentou Simon.

Em sua opinião, o ano da Constituinte é o mais importante da história brasileira, abrindo perspectivas de grandes mudanças. "Se não alterarmos a realidade e o modelo econômico que estão aí, perderemos a grande oportunidade de passarmos a uma grande nação."

CNBB tentará influir na Constituinte com grupo de seis padres

Brasília — A CNBB está preparando um grupo de seis padres para, durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, atuar dentro do Congresso Nacional, pressionando os constituintes a elaborar "uma sólida base jurídica para as transformações sociais". O anúncio foi feito pelo presidente da CNBB, Ivo Lorscheiter, que há um mês, numa conversa a portas fechadas, disse a mesma coisa ao presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães.

"Nós vamos exercer o direito democrático de pressionar. Não estamos fazendo nada demais, mas apenas exercendo um direito da sociedade civil", disse ele a Ulysses na ocasião. "É importante que vocês pressionem. Vai haver muitas pressões sobre os constituintes e, em nome da reforma agrária e da justiça social, é importante que vocês façam o mesmo", respondeu-lhe Ulysses, segundo Ivo.

Dando início a essas pressões, o presidente da CNBB já argumentou com Ulysses sobre a necessidade de a Constituinte, no primeiro dia de sua instalação, produzir um ato declaratório de sua plena soberania. "Isso é da maior importância, até para dar maior responsabilidade aos constituintes. A declaração de soberania é necessária para que fique claro que nada subjugará os constituintes, a não ser a vontade do povo", diz ele.

A CNBB realizou sua última reunião de 1986, divulgando ao final um documento chamado "Esperanças e Ansiedades", em que se conclama a Constituinte a não se subordinar nem a outros poderes, nem a regimentos pré-fabricados. "Ela deverá ser a viva expressão das aspirações do povo, às quais tem de permanecer aberta, preocupada somente com o bem comum", diz o documento. Para a CNBB, a nova Constituição brasileira deve assumir a defesa intransigente da vida, a primazia do trabalho sobre o capital, a reforma agrária e o direito à educação plena, à moradia e ao salário justo.

Mas D. Ivo Lorscheiter diz que as pressões da CNBB não se limitarão a isso. Além da comissão de seis padres (dois deles são Virgílio Uchoa e Ernani Pinheiro) que vai atuar diariamente no Congresso, acompanhando as negociações em torno da redação de cada artigo da nova Constituição, a CNBB manterá em ação as comunidades de base. "Enviaremos telegramas aos constituintes, assim como outras mensagens, sempre que julgarmos necessário."

Ele pediu, no entanto, que ninguém confunda esse trabalho com o da UDR (União Democrática Ruralista), que também se instrumentaliza para pressionar os constituintes. O bispo disse ainda que a reforma agrária vai ser um dos principais pontos de pressão.

31 DEZ 1986

JORNAL DO BRASIL